

Rio Grande
Seguros e
Previdência S.A.

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 30 de
junho de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria.

Desempenho nas operações de Seguros e Previdência Complementar Aberta

O faturamento (*) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. no primeiro semestre de 2019 foi de R\$ 463,4 milhões, o que representa um aumento de 28,8% em relação ao mesmo período em 2018.

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar alcançou R\$ 119,1 milhões, atingindo um crescimento de 6,1% em relação ao mesmo período no ano anterior. Esse resultado foi fruto de um esforço da Companhia para expansão dessas linhas de negócios.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 81,5 milhões. As provisões técnicas de seguros e previdência somaram R\$ 1,1 bilhão em 2019, atingindo um crescimento de 19,9% em relação a 2018.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência no 1º semestre de 2019 foi de R\$ 129 milhões, superando em 85% o 1º semestre de 2018.

O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho do semestre findo em 30 de junho de 2019, tendo atingido R\$ 9,8 milhões.

Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma proporção estável em relação ao faturamento de 13,3% em 2018 para 11,9% em 2019. Essa redução reflete um forte controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos.

Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 36,4 milhões em 2019, alcançando um aumento de 6,1% em relação ao mesmo período de 2018. O patrimônio líquido atingiu R\$ 176,6 milhões em 30 de junho de 2019, obtendo um incremento de 6,5% em relação ao ano anterior e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,4 bilhão nesse mesmo período, atingindo um acréscimo de 14,9% em relação ao ano anterior.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

Por fim, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus parceiros pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2019.

A Administração

** Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas*



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		1.171.316	1.010.590
Disponível		15.996	26.742
Caixa e Bancos		1.632	3.466
Equivalente de Caixa		14.364	23.276
Aplicações	Nota 5	1.051.287	892.871
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		44.582	45.065
Prêmios a Receber	Nota 6	33.019	32.638
Operações com Seguradoras	Nota 7	10.328	10.863
Operações com Resseguradoras		1.235	1.564
Créditos das Operações com Previdência Complementar		50	51
Outros Créditos Operacionais	Nota 8	21.172	13.674
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas		1.677	1.293
Títulos e Créditos a Receber		769	795
Títulos e Créditos a Receber		592	618
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9. a)	177	177
Custos de Aquisição Diferidos		35.783	30.099
Seguros	Nota 14	35.773	30.091
Previdência	Nota 15	10	8
ATIVO NÃO CIRCULANTE		186.791	170.916
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		186.322	170.417
Aplicações	Nota 5	83.244	80.259
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas		670	394
Títulos e Créditos a Receber		46.925	40.907
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 18.4	46.925	40.907
Custos de Aquisição Diferidos		55.483	48.857
Seguros	Nota 14	55.408	48.786
Previdência	Nota 15	75	71
Investimentos		224	219
Imobilizado		151	174
Intangível		94	106
TOTAL DO ATIVO		1.358.107	1.181.506

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE		420.649	364.745
Contas a Pagar		16.400	32.159
Obrigações a Pagar	Nota 10	8.164	15.927
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.894	1.516
Impostos e Contribuições	Nota 11	6.217	14.590
Outras Contas a Pagar		125	126
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		28.764	28.397
Prêmios a Restituir		6	5
Operações com Seguradoras		2.659	2.942
Operações com Resseguradoras		526	1.026
Corretores de Seguros e Resseguros	Nota 12	24.993	24.144
Outros Débitos Operacionais		580	280
Débitos de Operações com Previdência Complementar		8	8
Depósitos de Terceiros	Nota 13	587	2.908
Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14	352.302	285.553
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15	22.588	15.720
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		760.852	650.952
Contas a Pagar		45.662	43.437
Tributos Diferidos	Nota 9. b)	1.251	787
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 18.3	44.411	42.650
Provisões Técnicas - Seguros	Nota 14	616.488	516.409
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 15	98.556	91.066
Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 18.2	146	40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19	176.606	165.809
Capital Social		72.189	72.189
Reservas de Lucros		65.186	91.457
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.791	2.163
Lucro Líquido do Semestre		36.440	-
TOTAL DO PASSIVO		1.358.107	1.181.506

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Demonstrações dos Resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Prêmios Emitidos		291.301	259.096
Contribuições para Cobertura de Riscos		395	334
Variação das Provisões Técnicas		(8.025)	(10.671)
Prêmios Ganhos	Nota 21 e 22 a)	283.671	248.759
Receita com Emissão de Apólices		1.858	1.612
Sinistros Ocorridos	Nota 22 b)	(56.765)	(54.288)
Custos de Aquisição	Nota 22 c)	(97.490)	(78.482)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 22 d)	(12.757)	(6.839)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		118.517	110.762
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 22 e)	905	(594)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL		167.102	96.489
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(118.873)	(68.258)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	Nota 22 f)	48.229	28.231
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		2.696	2.332
Variação de Outras Provisões Técnicas	Nota 22 g)	(48.941)	(27.802)
Custo de Aquisição	Nota 22 h)	(1.315)	(1.235)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(40)	(28)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		629	1.498
Despesas Administrativas	Nota 22 i)	(55.096)	(48.001)
Despesas com Tributos	Nota 22 j)	(12.628)	(11.206)
Resultado Financeiro	Nota 22 k)	9.807	10.276
Resultado Patrimonial		14	171
RESULTADO OPERACIONAL		62.148	62.906
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		194	17
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		62.342	62.923
Imposto de Renda	Nota 23	(15.493)	(15.462)
Contribuição Social	Nota 23	(10.409)	(13.116)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		36.440	34.345
Quantidade de Ações		2.091	2.091
Lucro Líquido do Semestre por Ação - R\$		17.427	16.425

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	36.440	34.345
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	628	(1.243)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.047	(2.087)
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no semestre	(419)	844
TOTAL DO RESULTADO ABRAN GENTE	<u>37.068</u>	<u>33.102</u>

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reservas de Lucros Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	72.189	6.413	42.237	16.865	2.534	-	140.238
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(1.243)	-	(1.243)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	34.345	34.345
Dividendos declarados e pagos AGO Março/2018	-	-	-	(16.865)	-	-	(16.865)
Saldos em 30 de junho de 2018	72.189	6.413	42.237	-	1.291	34.345	156.475
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72.189	10.490	54.696	26.271	2.163	-	165.809
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	628	-	628
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	36.440	36.440
Dividendos declarados e pagos AGO Março/2019	-	-	-	(26.271)	-	-	(26.271)
Saldos em 30 de junho de 2019	72.189	10.490	54.696	-	2.791	36.440	176.606

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Semestre	36.440	34.345
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	74	43
Resultado de Equivalência Patrimonial	(194)	(171)
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(14)	(17)
Variação Impostos Sobre o Lucro	23.549	21.385
Variação das Provisões Técnicas Seguros	186.820	82.691
Variação das Provisões Técnicas Previdência	65.298	(24.963)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(161.401)	(104.963)
Débitos/Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	850	(822)
Débitos/Créditos das Operações com Previdência Complementar	1	-
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	(660)	583
Créditos Tributários e Previdenciários	-	27
Depósitos Judiciais e Fiscais	(6.018)	(8.633)
Custos de Aquisição Diferidos	(12.310)	(13.988)
Outros Ativos	(7.269)	(144)
Impostos e Contribuições	378	(21)
Outras Contas a Pagar	2.726	8.138
Depósitos de Terceiros	(2.321)	(1.346)
Provisões Técnicas - Seguros	(19.992)	28.203
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	(50.940)	33.722
Outros Débitos - Provisões Judiciais	106	3
Passivo Fiscal Diferido	464	-
Outros passivos	628	726
Caixa Gerado pelas Operações	56.215	54.798
Impostos Sobre o Lucro Pagos	(31.922)	(20.817)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	24.293	33.981
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	-	(17)
Intangível e Imobilizado	(39)	-
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	(39)	(17)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(35.000)	(35.000)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(35.000)	(35.000)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10.746)	(1.036)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	26.742	15.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	15.996	14.461

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda e também pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”).

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias (“demonstrações”) foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”) e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária”.

As demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de agosto de 2019.

2.1. Base de Mensuração

Os valores contidos nas demonstrações são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Caixa e Equivalente de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera o seguinte:

- Os prêmios de seguros e cosseguros, suas comissões, despesas administrativas e operacionais são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas, ou à vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As operações DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação como consorciada. Os resultados mensais são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração, conforme definido em instrumentos do consórcio.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.3. Empréstimos e Recebíveis

Ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Crédito das operações”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber”, não havendo registro de empréstimos, que são contabilizados pelo custo amortizado ajustados por perdas por redução ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela TR + 0,5% (mensal).

3.6. Imobilizado

Mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, pelas seguintes taxas: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica. E são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de 5 anos, pela taxa de 20% a.a..

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica “resultado patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

3.8. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica “Resultado Patrimonial”.

3.9. Redução ao valor recuperável

3.9.1. Ativos financeiros

Títulos e valores mobiliários tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.

A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os demais ramos operados, sendo constituída provisão de 100% para os clientes com faturas vencidas há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor, conforme disposto na circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores.

As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente.

Se um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

3.9.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes dos semestres findos em 2019 e 2018 são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Para efeito de apresentação nas demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente a Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12 Contratos de Seguro

A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no “CPC 11 - Contratos de Seguro”.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão do mesmo.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro.

3.13 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo “CPC 11 - Contratos de Seguro”, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT cujos valores são provenientes da Seguradora Líder.

No passivo foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no ativo/passivo não circulante.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Provisão de Sinistros a Liquidar

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das demonstrações e ainda pendentes de regularização.

A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações. A metodologia de cálculo utilizada é a sinistralidade esperada, apurada através do triângulo de *run-off*, que é um método estatístico-atuarial que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência.

Para a base de estudo utilizou-se a experiência de sinistros observados e prêmio ganho da carteira, incluindo a parcela cossegurada, dado que a experiência da carteira é conhecida pela seguradora líder. O cálculo é pautado na expectativa de sinistros deduzida dos sinistros realizados.

Provisão de Prêmios não Ganhos

Provisão constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações.

Provisão de Despesas Relacionadas

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios.

Provisão de Excedente Técnico

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

Provisão Complementar de Cobertura

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.14 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

O “CPC 11 - Contratos de Seguro” requer que as seguradoras, que emitam contratos classificados como contratos de seguro, analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

Para os produtos de Previdência, referente aos benefícios já concedidos, o resultado do teste de adequação de passivos apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, nos planos de cobertura por invalidez, no valor de R\$ 605 (R\$ 370 em 31/12/2018), resultando na constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC).

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	30/06/2019	31/12/2018
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	7.568	5.821
Provisões técnicas na data base	(6.963)	(5.451)
Resultado do TAP	605	370

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.15 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de recebíveis; (iii) provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR, PET e PCC; (iv) créditos tributários e previdenciários; (v) provisões judiciais; e (vi) diferimento dos custos de aquisição para os produtos de previdência complementar.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.16 Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.16.1 IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022.

A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.16.2 IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros - substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro.

O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação e não o custo histórico.

A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa nova norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP 521, de 24 de novembro de 2015, tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente.

A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos, destacadas a seguir:

1. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de responsáveis pelos riscos, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios.
2. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e Conselho de Administração.
3. A terceira linha de defesa, executada pela Auditoria Interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

O gestor de riscos atua como figura central de todo o processo, sendo este responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, dentre elas os reportes aos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria, cada qual com suas respectivas atribuições não conflitantes, Diretoria e Conselho de Administração.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

O ciclo de Gestão de Riscos é composto por 8 etapas, executadas de forma integrada entre a primeira e segunda linhas de defesa.

As etapas são as seguintes:

- (i) Revisão dos Riscos;
- (ii) Apuração Risco Inerente;
- (iii) Avaliação dos Controles;
- (iv) Apuração do Risco Residual;
- (v) Atualização das matrizes de Riscos;
- (vi) Priorização e tratamentos;
- (vii) Construção Planos de Ação (P.A.); e
- (viii) Acompanhamento P.A. e Reporte.

Os riscos são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados, e estão divididos em 4 classes, sendo os níveis diferenciados entre si da seguinte forma:

1. Crítico: Potencial de impacto superior a 10% do último resultado anual da Companhia;
2. Severo: Potencial de impacto superior a 5% e menor ou igual a 10% do último resultado;
3. Moderado: Potencial de impacto superior a 0,5% e menor ou igual a 5% do último resultado; e
4. Reduzido: Potencial de impacto inferior a 0,5% do último resultado.

Apetite a Riscos é um importante conceito adotado, aplicado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress.

Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia.

4.2 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.2.1 Principais Riscos Associados

4.2.1.1 Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Estes riscos poderiam se materializar e afetar os resultados esperados, caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

4.2.1.1.1 Principais Riscos Associados aos Investimentos

Em 30/06/2019, 18,44% (20,34% em 31/12/2018), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 45.326 (R\$ 56.578 em 31/12/2018).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 798.528 (R\$ 649.207 em 31/12/2018).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 93.169 em 30/06/2019 (R\$ 87.962 em 31/12/2018). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.2.1.1.2 Principais Riscos Associados ao Resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua Política de Resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como a produtos de Risco de Previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição ao risco de crédito em operações de resseguro:

Tipo Ressegurador	Rating	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	379	10,97%
Local	A pela AmBest	300	8,68%
Local	AA- pela Standard & Poor's	873	25,26%
Local	B++ pela AmBest	204	5,90%
Local	BBB pela Standard & Poor's	1.674	48,44%
Local	brAA+ pela Standard & Poor's	26	0,75%
Total		3.456	100,00%

4.2.1.2 Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. Sendo acompanhado por meio de relatório de periodicidade mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.
- (II) *DV01* (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

Fatores de Risco	30/06/2019				31/12/2018			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	-	0,89	-	-	-	0,89	-	-
Taxa Referencial	-	0,97	-	-	-	0,96	-	-
IGPM	-	0,97	-	-	-	0,97	-	-
IPCA	16.946	0,97	1.041.550	83.240	20.615	0,97	1.393.071	115.624
Ações	-	0,96	-	-	-	0,96	-	-

4.2.1.3 Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital

Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros, de previdência e de capitalização detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos:

Ativos e passivos	30/06/2019			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	1.615	17	-	1.632
Equivalente de Caixa	14.364	-	-	14.364
Aplicações Financeiras	266.876	229.532	638.123	1.134.531
Crédito das operações	65.804	-	-	65.804
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.677	237	433	2.347
Títulos e créditos a receber	769	46.925	-	47.694
Total de ativos	351.105	276.711	638.556	1.266.372
Contas a pagar	16.400	45.662	-	62.062
Provisões Técnicas	374.890	286.823	428.221	1.089.934
Débito das operações	28.772	-	-	28.772
Depósitos de terceiros	587	-	-	587
Total de passivos	420.649	332.485	428.221	1.181.355

Ativos e passivos	31/12/2018			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	3.466	-	-	3.466
Equivalente de Caixa	23.276	-	-	23.276
Aplicações Financeiras	255.872	717.258	-	973.130
Crédito das operações	58.790	-	-	58.790
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.293	367	27	1.687
Títulos e créditos a receber	795	40.907	-	41.702
Total de ativos	343.492	758.532	27	1.102.051
Contas a pagar	75.596	-	-	75.596
Provisões Técnicas	354.912	299.589	254.247	908.748
Débito das operações	28.405	-	-	28.405
Depósitos de terceiros	2.908	-	-	2.908
Total de passivos	461.821	299.589	254.247	1.015.657

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.2.2 Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria.

O processo de gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais (BDPO). Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorridos na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais.

4.2.3 Risco de Subscrição

O Risco de Subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas.

Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a Política de Resseguro e com as diretrizes acordadas com a Diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2019

Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	32.443	72.479	104.922
Prestamista	-	-	-	10.358	120.448	130.806
DPVAT	635	1.383	391	3.743	(12)	6.140
Acidentes Pessoais	-	-	-	11.875	24.398	36.273
Outros	-	-	-	472	5.058	5.530
Total Seguros	635	1.383	391	58.891	222.371	283.671
Previdência	-	-	-	-	48.229	48.229
Total Previdência	-	-	-	-	48.229	48.229

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2018

Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	34.581	58.058	92.639
Prestamista	-	-	-	7.264	110.866	118.130
DPVAT	1.141	2.500	660	726	2.134	7.161
Acidentes Pessoais	-	-	-	11.986	16.692	28.678
Outros	-	-	-	(272)	2.423	2.151
Total Seguros	1.141	2.500	660	54.285	190.173	248.759
Previdência	-	-	-	-	28.231	28.231
Total Previdência	-	-	-	-	28.231	28.231

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2019

Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	32.443	72.229	104.672
Prestamista	-	-	-	10.358	120.403	130.761
DPVAT	635	1.383	391	3.743	(12)	6.140
Acidentes Pessoais	-	-	-	11.875	24.358	36.233
Outros	-	-	-	472	4.588	5.060
Total Seguros	635	1.383	391	58.891	221.566	282.866
Previdência	-	-	-	-	48.229	48.229
Total Previdência	-	-	-	-	48.299	48.229

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2018

Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	34.581	57.778	92.359
Prestamista	-	-	-	7.264	110.818	118.082
DPVAT	1.141	2.500	660	726	2.135	7.162
Acidentes Pessoais	-	-	-	11.986	16.644	28.630
Outros	-	-	-	(272)	2.211	1.939
Total Seguros	1.141	2.500	660	54.285	189.586	248.172
Previdência	-	-	-	-	28.231	28.231
Total Previdência	-	-	-	-	28.231	28.231

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS
5.1 Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os Investimentos Financeiros classificados como Equivalentes de Caixa: R\$ 14.364 (R\$ 23.276 em 31/12/2018)

Em 30/06/2019, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 78.591 (R\$ 112.039 em 31/12/2018). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 4.653 (R\$ 3.606 em 31/12/2018).

Segue demonstração da abertura da carteira:

		30/06/2019				Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses			
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		93.222	-	-	-	93.222	8,11%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		20.467	153.186	566.863	217.549	958.065	83,39%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		20.457	85.207	485.486	207.378	798.528	69,50%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	37.080	81.377	10.171	128.628	11,20%
Operações Compromissadas	SELIC	-	30.962	-	-	30.962	2,69%
Outros		10	(63)	-	-	(53)	0,00%
Total		113.689	153.186	566.863	217.549	1.051.287	91,50%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:							
Operações Compromissadas	SELIC	-	14.364	-	-	14.364	1,25%
Total		-	14.364	-	-	14.364	1,25%
II. Títulos Disponíveis para Venda:							
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,50%	-	-	83.244	-	83.244	7,25%
Total		-	-	83.244	-	83.244	7,25%
Total das Aplicações Financeiras		113.689	167.550	650.107	217.549	1.148.895	100,00%

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2018				Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações	
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses			Acima de 60 meses
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		88.013	-	-	-	88.013	8,83%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		9.446	123.026	522.522	114.477	769.472	77,22%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		9.436	89.785	435.508	114.477	649.206	65,15%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	87.014	-	87.014	8,73%
Operações Compromissadas	SELIC	-	33.302	-	-	33.302	3,34%
Outros		10	(60)	-	-	(50)	-0,01%
Total		97.459	123.027	522.522	114.477	857.485	86,05%

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:

Operações Compromissadas	SELIC	-	23.276	-	-	23.276	2,34%
Total		-	23.276	-	-	23.276	2,34%

II. Títulos Disponíveis para Venda:

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,50%	-	-	115.645	-	115.645	11,61%
Total		-	-	115.645	-	115.645	11,61%

Total das Aplicações Financeiras		97.459	146.303	638.167	114.477	996.406	100,00%
---	--	---------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	628.717	137.441	766.158
(+) Aplicações	604.203	-	604.203
(-) Resgates	(392.107)	(33.121)	(425.228)
(+) Rendimentos	39.948	11.977	51.925
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(652)	(652)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	880.761	115.645	996.406
(+) Aplicações	402.642	-	402.642
(-) Resgates	(244.903)	(39.812)	(284.715)
(+) Rendimentos	27.151	6.364	33.515
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.047	1.047
Saldo final em 30 de junho de 2019	1.065.651	83.244	1.148.895

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2019		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	720.031	345.620	1.065.651
Ações de Cias Abertas	30	-	30
Opções	-	24	24
Futuros	-	(173)	(173)
Letras Financeiras do Tesouro	388.952	-	388.952
Notas do Tesouro Nacional:	52.117	-	52.117
Letras do Tesouro Nacional	163.886	-	163.886
Debêntures de Distribuição Pública	-	138.330	138.330
Operações Compromissadas	115.046	-	115.046
Letras Financeiras	-	80.315	80.315
Certificados de Depósito Bancário	-	6.907	6.907
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	93.222	93.222
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	-	21.267	21.267
Notas Promissórias	-	7.178	7.178
Outros Aplicações	-	(1.450)	(1.450)
II. Títulos disponíveis para venda:	83.244	-	83.244
Notas do tesouro nacional	83.244	-	83.244
Total (I + II)	803.275	345.620	1.148.895

	31/12/2018		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	702.038	178.723	880.761
Ações de Cias Abertas	25	-	25
Opções	-	28	28
Letras Financeiras do Tesouro	203.598	-	203.598
Notas do Tesouro Nacional:	163.418	-	163.418
Letras do Tesouro Nacional	153.802	-	153.802
Debêntures de Distribuição Pública	-	64.020	64.020
Operações Compromissadas	105.128	-	105.128
Letras Financeiras	76.067	-	76.067
Certificados de Depósito Bancário	-	11.183	11.183
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	88.013	88.013
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	-	10.298	10.298
Notas Promissórias	-	6.791	6.791
Outros Aplicações	-	(1.610)	(1.610)
II. Títulos disponíveis para venda:	115.645	-	115.645
Notas do tesouro nacional	115.645	-	115.645
Total (I + II)	817.683	178.723	996.406

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

5.4 Instrumentos Financeiros Derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da companhia.

6. PRÊMIOS A RECEBER

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo segue abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prestamista	18.919	19.063
Acidentes Pessoais Coletivo	5.027	4.345
Vida em Grupo	9.107	9.065
Outros	-	181
Total de Prêmios a Receber Bruto	33.053	32.654
Redução ao Valor Recuperável	(34)	(16)
Total de Prêmios a Receber	33.019	32.638

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios a receber líquidos de provisão para redução ao valor recuperável compõe-se como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Inicial	32.638	28.050
(+) Prêmios Emitidos	293.002	542.796
(+) IOF	809	1.237
(-) Prêmios Cancelados	(1.701)	(9.795)
(-) Recebimentos	(291.711)	(529.637)
Prêmios a Receber Bruto	33.037	32.651
Redução ao Valor Recuperável	(18)	(13)
Prêmios a Receber Líquidos	33.019	32.638

6.3. Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer		
De 1 até 30 dias.....	32.889	32.608
Vencidos		
1 até 30 dias.....	124	34
31 até 60 dias.....	14	3
61 até 120 dias.....	8	4
Acima de 121 dias.....	18	5
Total	33.053	32.654
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(34)	(16)
Total	33.019	32.638

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

7. CRÉDITO DAS OPERAÇÕES - OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prêmios de cosseguro aceito	10.421	10.996
Redução ao valor recuperável	(93)	(133)
Total	10.328	10.863

8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$20.828 (R\$13.572 em 31/12/2018) e os adiantamentos relacionados às operações no valor de R\$ 344 (R\$ 102 em 31/12/2018). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS
a) Impostos a Recuperar

Os Impostos a Recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo - Circulante		
Impostos a Recuperar	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de Renda	154	154
Demais Impostos	23	23
Total de Créditos Fiscais	177	177

b) Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”, apresentado no balanço patrimonial no valor de R\$ 1.251 (R\$ 787 em 31/12/2018), sendo Ativo diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 610 (R\$ 655 em 31/12/2018) e passivo diferido no valor de R\$ 1.861 (R\$ 1.442 em 31/12/2018).

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo compostos conforme abaixo:

Diferenças Temporárias		
Imposto de Renda/Contribuição Social	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão p/ Contingências Fiscais	43	40
Outras Provisões	369	461
Fundo de Marketing	1.639	1.134
Atualização Depósito Judicial	(6.636)	(5.391)
COFINS Exigibilidade Suspensa	5.256	4.639
PIS Exigibilidade Suspensa	854	754
Total das Provisões temporárias	1.525	1.637
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	381	409
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	229	246
Total	610	655

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e ou base negativa que ocorram no exercício de 2019.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias - 2018 a 2023		
2018*	1.637	0%
2019	21	3%
2020	66	11%
2021	66	11%
2022	65	11%
2023	65	11%
Total	283	46%

Diferenças Temporárias - 2024 a 2028		
2024	66	11%
2025	66	11%
2026	65	11%
2027	65	11%
2028	65	11%
Total	327	54%

Total geral	610	100%
--------------------	------------	-------------

(*) 2018 não compõe o total das diferenças temporárias

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e são compostas da seguinte forma:

Aging:

	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores	99	234
Dividendos a Pagar	-	8.729
Pagamentos a realizar	266	457
Provisão Fundo de Marketing	1.639	1.135
Prestação de Serviços Compartilhados	6.160	5.346
Outras Contas a Pagar	-	26
Total	8.164	15.927

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2019	31/12/2018
IR	2.668	9.198
CSLL	1.608	3.434
COFINS	1.670	1.685
PIS	271	273
Total	6.217	14.590

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

12. DÉBITO DAS OPERAÇÕES – CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

	30/06/2019	31/12/2018
Comissões riscos emitidos diretos	2.825	1.887
Comissões RVNE	8.551	8.181
Comissões Cosseguro Aceito	6.974	7.187
Comissão Cosseguro Aceito RVNE	1.307	1.534
Pró-labore	5.336	5.355
Total Corretores de Seguros e Resseguros	24.993	24.144

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

Aging:	30/06/2019	31/12/2018
1 até 30 dias	199	1.933
31 até 60 dias	125	70
61 até 90 dias	124	186
91 até 120 dias	139	361
acima de 121 dias	-	358
Total	587	2.908

14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – SEGUROS

As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	30/06/2019			31/12/2018		
	Pessoas (*)	Sobrevivência	Total	Pessoas (*)	Sobrevivência	Total
Circulante						
Prêmios não Ganhos	26.254	-	26.254	22.420	-	22.420
Prêmios não Ganhos - RVNE	13.870	-	13.870	13.706	-	13.706
Sinistros a Liquidar	51.282	-	51.282	50.068	-	50.068
Excedente Técnico	32	-	32	32	-	32
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	131.544	-	131.544	117.742	-	117.742
Benefícios a Conceder	-	123.277	123.277	-	78.497	78.497
Benefícios Concedidos	-	111	111	-	48	48
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	4.457	4.457	-	2.490	2.490
Provisão para Despesas Relacionadas	1.475	-	1.475	550	-	550
Total	224.457	127.845	352.302	204.518	81.035	285.553
Não Circulante						
Prêmios não Ganhos	29.410	-	29.410	26.409	-	26.409
Sinistros a Liquidar	3.889	-	3.889	3.243	-	3.243
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	20.136	-	20.136	16.282	-	16.282
Benefícios a Conceder	-	561.596	561.596	-	470.430	470.430
Benefícios Concedidos	-	1.399	1.399	-	-	-
Provisão para Despesas Relacionadas	54	4	58	45	-	45
Total	53.489	562.999	616.488	45.979	470.430	516.409

*Com DPVAT

A movimentação das provisões de técnicas e custo de aquisição diferidos de seguros compõem como seguem:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2018	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2019
Prêmios não Ganhos	48.829	10.877	(4.044)	-	55.662
Prêmios não Ganhos - RVNE	13.706	2.931	(2.767)	-	13.870
Benefícios a Conceder	548.927	187.316	(69.372)	18.002	684.873
Benefícios Concedidos	48	1.500	(49)	11	1.510
Sinistro a Liquidar	53.311	58.649	(57.512)	723	55.171
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	134.024	21.820	(6.920)	2.757	151.681
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	2.490	10.872	(8.905)	-	4.457
Excedente Técnico	32	6	(6)	-	32
Provisão de Despesas Relacionadas	595	1.250	(344)	33	1.534
Total	801.962	295.221	(149.919)	21.526	968.790

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2017	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2018
Prêmios não Ganhos	35.826	28.300	(15.297)	-	48.829
Prêmios não Ganhos - RVNE	10.590	8.833	(5.717)	-	13.706
Benefícios a Conceder	369.403	215.767	(60.011)	23.768	548.927
Benefícios Concedidos	-	79	(33)	2	48
Sinistro a Liquidar	49.377	136.457	(133.607)	1.084	53.311
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	119.632	83.719	(74.048)	4.721	134.024
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	1.745	15.826	(15.081)	-	2.490
Excedente Técnico	51	33	(52)	-	32
Provisão de Despesas Relacionadas	553	1.249	(1.245)	38	595
Total	587.177	490.263	(305.091)	29.613	801.962

	31/12/2017	Constituições	Amortizações	31/12/2018	Constituições	Amortizações	30/06/2019
Custo de Aquisição Diferido	54.178	25.240	(541)	78.877	13.663	(1.359)	91.181
Total	54.178	25.240	(541)	78.877	13.663	(1.359)	91.181

Análise de Sensibilidade – Seguros

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o stress de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		30/06/2019		31/12/2018	
VARIÁVEL	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% de Sinistralidade	4.858	4.790	4.295	4.256
Sinistralidade	Redução de 5% na Sinistralidade	(4.858)	(4.790)	(4.295)	(4.256)

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

15. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	30/06/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não Ganhos	71	-	71	64	-	64
Benefícios a Conceder	20.458	93.197	113.655	14.340	85.940	100.280
Benefícios Concedidos	641	4.812	5.453	617	4.786	5.403
Sinistros a Liquidar	405	-	405	46	-	46
Eventos Ocorridos mas não Avisados	43	-	43	226	-	226
Provisão de Despesas Relacionadas	1	10	11	1	11	12
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	901	-	901	385	-	385
Provisão Complementar de Cobertura	68	537	605	41	329	370
Total	22.588	98.556	121.144	15.720	91.066	106.786

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas	31/12/2018	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	30/06/2019
Prêmios não Ganhos	64	18	(11)	-	71
Benefícios a Conceder	100.279	24.011	(13.627)	2.992	113.655
Benefícios Concedidos	5.403	34	(162)	178	5.453
Sinistro a Liquidar	46	881	(566)	44	405
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	226	33	(216)	-	43
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	385	2.549	(2.033)	-	901
Provisão de Despesas Relacionadas	11	-	-	-	11
Provisão Complementar de Cobertura	370	657	(422)	-	605
Total	106.784	28.183	(17.037)	3.214	121.144

Provisões Técnicas	31/12/2017	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2018
Prêmios não Ganhos	57	16	(9)	-	64
Benefícios a Conceder	76.569	31.952	(12.323)	4.081	100.279
Benefícios Concedidos	4.595	709	(581)	680	5.403
Sinistro a Liquidar	333	700	(991)	4	46
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	203	137	(114)	-	226
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	415	3.906	(3.935)	-	386
Provisão de Despesas Relacionadas	9	5	(2)	-	12
Provisão Complementar de Cobertura	521	421	(572)	-	370
Total	82.702	37.846	(18.527)	4.765	106.786

	31/12/2017	Constituições	Amortizações	31/12/2018	Constituições	Amortizações	30/06/2019
Custo de Aquisição Diferido	16	66	(3)	79	15	(9)	85
Total	16	66	(3)	79	15	(9)	85

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Análise de Sensibilidade – Previdência

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência/cancelamento o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos um *stress* de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativo frente médias do mercado.

Nas premissas Desistência e Conversão de Renda o impacto foi nulo, as demais premissas não indicam impacto significativo no resultado e patrimônio líquido, conforme quadro abaixo:

VARIÁVEL	Coberturas de Acumulação/Sobrevivência Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2019	31/12/2018
		Bruto de Resseguro	Bruto de Resseguro
Taxa de Juros	Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	633	464
Taxa de Juros	Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(549)	(367)
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	298	237
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	(268)	(215)

16. DESENVOLVIMENTO DE SINISTRO

O desenvolvimento de sinistros a liquidar não considera as informações de DPVAT, operacionalizadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., no montante de R\$ 9.469 (R\$ 9.523 em 31/12/2018), demonstrado a seguir.

	Ano de aviso do sinistro					Total
	2015	2016	2017	2018	2019	
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	42.484	264.582
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.530	-	195.136
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.621	-	-	111.101
3 anos após o aviso	6.515	46.786	-	-	-	53.301
4 anos após o aviso	6.448	-	-	-	-	6.448
Estimativa na data base (2019) (a)	6.448	46.786	56.621	75.530	42.484	227.869
Pagamentos efetuados (b)	6.419	45.688	54.580	64.397	10.680	181.764
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	30	1.098	2.041	11.134	31.804	46.107
Valor de Sinistros Pendentes						46.107
Sinistros a Liquidar DPVAT						9.469
Sinistros a Liquidar Total						55.576

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

17. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência:	1.089.934	908.748
Ajustes:		
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)(a)	(20.365)	(17.860)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores)(b)	(2.173)	(1.174)
Total a ser Coberto	1.067.396	889.714
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.041.309	885.117
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	93.222	88.013
Total dos Ativos Vinculados	1.134.531	973.130
Equivalente de Caixa	14.364	23.276
Total de Aplicações	1.148.895	996.406
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	81.499	106.692

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 35.783 e Não Circulante R\$ 55.483, total R\$ 91.266 sendo redutores R\$ 20.365 e não redutores R\$ 70.901.

(b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 1.677 e Não Circulante R\$ 670 total de R\$ 2.347 sendo redutores R\$ 2.173 e não redutores R\$ 174.

18. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS
18.1 Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial

Em 30 de junho de 2019, as provisões de natureza cível que contempla sinistros em disputa judicial relacionados, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

A Companhia apura atuarialmente o percentual de perda calculado em estudo específico, baseado no histórico das ações judiciais. Quando necessário o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

Abaixo composição da Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial por probabilidade:

Causas Cíveis – Relacionados à sinistros/benefícios							
Probabilidade de Perda	Quantidade	30/06/2019			31/12/2018		
		Valor Estimado	Valor Provisionado		Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	9	841	841		2	50	50
Possível	16	558	-		7	257	-
Total	25	1.399	841		9	307	50

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

18.2 Outras Provisões Judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demais causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica “Outros Débitos”, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis – Não relacionados à sinistros/benefícios						
Probabilidade de Perda	30/06/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	10	103	103	1	1	1
Possível	20	342	-	15	318	1
Remota	-	-	-	2	-	-
Total	30	445	103	18	319	1

Causas Fiscais						
Probabilidade de Perda	30/06/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	1	43	43	1	139	39
Possível	8	1.893	-	8	1.800	-
Total	9	1.936	43	9	1.839	39

Causas Trabalhistas						
Probabilidade de Perda	30/06/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Possível	2	232	-	2	226	-
Total	2	232	-	2	226	-

18.3. Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

No grupo “Outras Contas a Pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2018	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2019
Contribuição Social	19.448	16.487	1.322	37.257	-	1.044	38.301
COFINS	3.437	1.000	202	4.639	496	121	5.256
PIS	558	163	33	754	80	20	854
Total - Obrigações Fiscais	23.443	17.650	1.557	42.650	576	1.185	44.411

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Empresa	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Rio Grande Seguros e Previdência	Marjoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	38.698	38.301	38.698	38.301
	Alargamento da Base (b)	1.009	854	6.308	5.256	-	-	7.317	6.110
Total 30/06/2019		1.009	854	6.308	5.256	38.698	38.301	46.015	44.411

Empresa	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Rio Grande Seguros e Previdência	Marjoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	33.437	37.257	33.437	37.257
	Alargamento da Base (b)	905	754	5.568	4.639	-	-	6.473	5.393
Total 31/12/2018		905	754	5.568	4.639	33.437	37.257	39.910	42.650

(a) CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.

(b) PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

18.4 Depósito Judiciais e Fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

Depósito Judiciais	30/06/2019	31/12/2018
Cíveis	142	138
Fiscais	46.783	40.769
Total Depósitos Judiciais	46.925	40.907

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

Depósito Judiciais Fiscais	31/12/2018	30/06/2019
Saldo Inicial	23.115	40.769
Adições	15.623	4.769
Atualização Monetária	2.031	1.245
Saldo Final	40.769	46.783

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital subscrito e integralizado de R\$ 72.189 (R\$ 72.189 em 31/12/2018) é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 65.186 (R\$ 91.457 em 31/12/2018) são compostas por:

Reserva Legal de R\$ 10.490 (R\$ 10.490 em 31/12/2018) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 54.696 (R\$ 54.696 em 31/12/2018) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em março de 2019, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 35.000 (30.000 em 31/12/2018), provisionados em dezembro de 2018, sendo R\$ 26.271 referentes à dividendo adicional, provisionado em "Reservas de Lucros" e R\$ 8.729 referentes a dividendo mínimo obrigatório, provisionado no passivo circulante.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 2.791 (R\$ 2.163 em 31/12/2018).

e) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	30/06/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	176.606	165.809
Ajustes contábeis	(32.820)	(28.028)
Participação Coligadas e Controladas	(224)	(219)
Ativos Intangíveis	(94)	(106)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (-)	(32.502)	(27.703)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	3.078	3.948
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	2.534	2.574
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	544	1.374
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	146.864	141.729
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	5.833	5.557
Capital de Risco de Subscrição	79.417	73.829
Capital de Risco - Mercado	9.857	12.021
Capital de Risco - Redução por correlação	(9.541)	(10.701)
Capital de Risco - Operacional	2.550	2.531
Capital de Risco (CR) (b)	88.116	83.237
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	88.116	83.237
Patrimônio líquido ajustado	146.864	141.729
(-) Exigência de capital - EC	(88.116)	(83.237)
Suficiência de capital - R\$	58.748	58.492
Suficiência de capital (% da EC)	168%	170%

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Icatu Seguros S.A. (Controladora*) (b)	13.845	14.280	(9.633)	(7.192)	85.248	100.455	(62.033)	(95.070)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (d)	5.388	1.347	-	-	17.216	10.629	(24.290)	(14.172)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros) (a)	344	102	(580)	(281)	-	-	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora) (e)	-	-	-	(8.729)	-	-	-	-
Icatu Assessoria LTDA (Ligada) (c)	-	-	(5.640)	(5.199)	-	-	(34.415)	(23.688)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos (Ligada) (f)	-	-	(2)	-	-	-	(4)	(1)
Total	19.577	15.729	(15.855)	(21.401)	102.464	111.084	(120.742)	(132.931)

*Controladora indireta

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar";
- Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais";
- Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados.
- Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO – SEGUROS

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	30/06/2019			30/06/2018		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em Grupo	104.922	17,39%	35,15%	92.639	15,23%	33,49%
Prestamistas	130.805	20,54%	35,61%	111.592	21,02%	32,99%
DPVAT	6.141	84,32%	0,02%	13.700	84,91%	1,26%
Acidentes Pessoais	36.273	15,44%	34,69%	28.678	16,17%	34,78%
Outros	5.530	15,80%	26,18%	2.150	21,35%	23,07%
Total	283.671			248.759		

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
a) Prêmios Ganhos - Seguros

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Prêmios Emitidos Direto	198.774	142.011
Prêmios Cosseguro Aceito a Congêneres	85.248	100.455
Prêmio Emitido DPVAT	7.167	14.357
Prêmio Riscos Vígentes Não Emitidos	112	2.273
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	225	183
Receitas de Contribuições Planos de Renda	170	151
Variação das provisões técnicas	(8.025)	(10.671)
Total	<u>283.671</u>	<u>248.759</u>

b) Sinistros Ocorridos - Seguros

Indenizações Avisadas	(38.314)	(27.229)
Indenizações Avisadas DPVAT	(6.690)	(7.224)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(9.488)	(16.957)
Despesas com Sinistros	(3)	(2)
Despesas com Sinistros DPVAT	(2.273)	(2.738)
Outras Despesas com Sinistros	3	(139)
Total	<u>(56.765)</u>	<u>(54.288)</u>

c) Custo de Aquisição - Seguros

Comissões sobre Prêmio Emitido	(109.788)	(104.590)
Variação Despesa de Comercialização Diferida	12.298	13.866
Total	<u>(97.490)</u>	<u>(78.482)</u>

d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros

Outras Receitas DPVAT	51	74
Despesas com Cobrança	(3.756)	(1.361)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	(100)	-
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	21	36
Despesas com títulos de Capitalização	(8.829)	(5.322)
Outras Despesas DPVAT	(144)	(266)
Total	<u>(12.757)</u>	<u>(6.839)</u>

e) Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência

Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros	(466)	(210)
Recuperação de Indenização - Seguros	1.520	(344)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	105	149
Recuperação de Indenização de Benefícios - Previdência	85	189
Variação das provisões técnicas - Seguros	(339)	(378)
Total	<u>905</u>	<u>(594)</u>

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL-Previdência

Prêmios Emitidos	153.374	84.639
Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável	13.933	12.137
Restituições	(205)	(287)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	167.102	96.489
PMBAC - Planos de Renda	(118.873)	(68.258)
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(118.873)	(68.258)
Total	48.229	28.231

g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
PPNG - Planos Repartição Simples	(2)	(2)
PPNG - Planos de Renda	(5)	(1)
PVR - Planos Renda	(48.148)	(27.686)
Despesas com Benefícios e Resgates	(501)	-
Outras Provisões	(285)	(113)
Total	(48.941)	(27.802)

h) Custo de Aquisição – Previdência

Despesas com Pró-labore	43	25
Outras Despesas de Comercialização	(1.358)	(1.260)
Total	(1.315)	(1.235)

i) Despesas Administrativas

Serviços de Terceiros	(50.162)	(42.123)
Localização e Funcionamento	(251)	(2.049)
Publicidade e Propaganda	(2.759)	(2.332)
Consórcio DPVAT	(1.269)	(1.052)
Outras Despesas Administrativas	(655)	(445)
Total	(55.096)	(48.001)

j) Despesas com Tributos

Impostos	(135)	(2)
COFINS	(10.400)	(9.316)
PIS	(1.690)	(1.514)
Taxa de Fiscalização	(362)	(339)
Outras Despesas com Tributos	(41)	(35)
Total	(12.628)	(11.206)

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

k) Resultado Financeiro

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	27.151	22.982
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	24.028	20.454
Quotas de Fundos de Investimento - DPVAT	3.123	2.528
Outras Receitas Financeiras - Consórcio DPVAT	49	-
Outras Receitas Financeiras	1.044	991
Categoria – Disponível para Venda	6.364	2.087
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	6.364	2.087
Total – Receitas Financeiras	34.608	26.060
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	-	(873)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	-	(873)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(3.214)	(2.021)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(21.526)	(12.829)
Outras Despesas Financeiras	(61)	(61)
Total – Despesas Financeiras	(24.801)	(15.784)
Total	9.807	10.276

23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2019		30/06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	62.342	62.342	62.923	62.923
ADIÇÕES	1.430	1.430	1.418	1.418
Adição Permanente	-	-	169	169
Doações e Patrocínios Indedutíveis	103	103	356	356
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	106	106	3	3
Outras Provisões	504	504	175	175
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	717	717	715	715
EXCLUSÕES	(1.453)	(1.453)	(1.171)	(1.171)
Outras Provisões	(195)	(195)	(8)	(8)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(1.245)	(1.245)	(992)	(992)
Dividendos Recebidos	(13)	(13)	(171)	(171)
Resultado Ajustado	62.319	62.319	63.170	63.170
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	20%
Despesas com IRPJ/CSLL	(15.568)	(9.348)	(15.781)	(12.634)
Incentivos Fiscais	103	-	345	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	(28)	(17)	(26)	(7)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(1.044)	-	(475)
Despesas com IRPJ/CSLL	(15.493)	(10.409)	(15.462)	(13.116)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24,85%	16,70%	24,6%	20,8%

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

24. RESPONSÁVEIS**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**

Luiz Gonzaga Veras Mota

Conselheiros

Luciano Snel Corrêa

Ademar Schardong

DIRETORIA**Diretor Presidente**

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira

Suzana Flores Cogo

Contador

Marcos Célio Santos Nogueira

CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394